

Marcílio adota o *soft* e reata diálogo com FMI

Os 24 meses de gestão do presidente Fernando Collor de Mello podem ser divididos em duas fases, a hard, durona, do bateu, levou, quando preponderou a maneira arrogante do monólogo com os agentes econômicos, e a soft, maleável, politicamente amadurecida, confiante, pode-se dizer que diplomática no diálogo sobre os problemas setoriais da economia.

Na primeira, pontificou a atual companheira do humorista Chico Anísio, economista Zélia Cardoso de Mello, que jamais ocupara antes cargo de relevância em formulação e condução de política econômica; na segunda, uma equipe homogênea divide as tarefas, obviamente orquestradas pelo ministro (que traço temperamento), Marcílio Marques Moreira.

Mas a equipe desta fase da condução econômica tem outros expoentes, como o tracejador da estratégia de ação (do ponto de vista teórico), o professor Roberto Macedo; a sempre risonha Dorothéa Werneck, um expoente da burocacia federal, é a responsável pela retomada do diálogo com os agentes econômicos. São muitos os destaques, entre eles o negociador Pedro Parente e o cobrador de impostos Carlos Marcial.

O ministro da Economia, que em meados do ano passado chegou a ser alcunhado (pelos apressados) de **Marcílio, O Breve**, não dá sinais de que venha a deixar o cargo tão cedo. Não bastava dialogar internamente, abriu um diálogo com agentes da economia internacional como Michel Camdessus, diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e David Mulford, secretário do Tesouro dos Estados Unidos, merecendo dos dois importantíssimas visitas, um no final do ano passado, o segundo dia atrás.

Cabrera — Nestes 24 meses outros ministérios e secretarias da área econômica experimentaram situações semelhantes ao do Ministério da Economia. O da Agricultura, por exemplo, só se encontrou quando o veterinário e pecuarista Antônio Cabrera assumiu o cargo, começando a buscar uma eficiência que anteriormente as atividades produtivas rurais nunca sequer vislumbraram.

O coroamento deste trabalho, sem dúvida, é o Fundo de Commodities que funcionará em nível nacional dentro da Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), de São Paulo. A

tendência natural, a partir do conjunto de medidas voltadas para a agricultura, é que a comercialização de todos os produtos agrícolas (e não apenas os ligados à exportação) passem a ser comercializados em bolsa.

O Brasil, com isso, se aproxima do modelo norte-americano, o mais aperfeiçoado do mundo, em que a Bolsa de Chicago (Chicago Board of Trade) centraliza negócios que começam em outras bolsas, como a de café, em Nova Iorque, a de grãos, em Winnipeg, no Canadá, e os diversos pregões de futuros da London Exchange, a superbolsa de mercadorias da capital do Reino Unido.

A comercialização tem sido um entrave para que a atividade rural cresça economicamente. Tem sido assim ao longo de todo o tempo, desde o Brasil Colônia. Agora, as regras de mercado poderão definir ganho, lucro, rentabilidade, para o produtor rural. Mas o caminho até que o Fundo de Commodities seja uma realidade é longo, e até tortuoso. A idéia está aprovada, sacramentada, publicada, até mesmo pelo próprio presidente da República. Mas falta o dedo da burocacia, a regulamentação do Banco Central.

O que a equipe de Governo do presidente Fernando Collor persegue é uma eficiência que se estabeleça como vínculo entre as economias urbana e rural; um exemplo da falta de eficiência, é a da pecuária, com uma taxa de desfrute de 13 por cento, muito baixa se comparada com os 28 por cento da Austrália e os 42 por cento dos Estados Unidos, por exemplo. A modernização da comercialização pode iniciar um processo de busca da eficiência que culminará um manejo racional dos animais.

Colheita — A luta pela eficiência na área rural está mais ou menos evidente no resultado da atual safra,

quando foram utilizadas quantidades parcimoniosas de adubos e corretivos, não se gastou demasiado com máquinas e implementos novos, é mesmo assim a produtividade elevou-se, tanto que a colheita total de grãos estará por volta das 69 milhões de toneladas.

Este conjunto de medidas de modernização é que está proporcionando a redescoberta da economia brasileira por agentes do capital especulativo e de risco dos países ricos. As bolsas de valores do Rio e de São Paulo, a partir de tal redescoberta, estão experimentando pregões em que os negócios chegam próximos dos 200 milhões de dólares. Não está distante, portanto, o dia em que o pregão eletrônico das bolsas de valores brasileiras, integrado à Bolsa Comercial de Buenos Aires, estará vendendo ações de empresas do Mercosul.

Aliás, Argentina e Brasil, os dois principais membros do Mercosul, estão juntos no esforço de atrair capital dos países ricos para esta parte das Américas. Nesta etapa, o esforço conjunto objetiva atrair capital especulativo, para dar fôlego às bolsas, para proporcionar liquidez aos negócios. Numa próxima meta, estarão atraindo capital de risco para investimento produtivo.

O resultado tem sido expressivo: em janeiro as bolsas de valores brasileiras receberam 200 milhões de dólares, 250 milhões em fevereiro, e a previsão para março é de outros 350 milhões de dólares. O Mercosul se viabiliza a partir da ação especulativa do capital financeiro internacional e nacional. Não poderia ser diferente: em diversas economias têm sido assim. Os chamados tigres asiáticos também cresceram economicamente a partir da mesma ação financeira.